



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI N 03/2026

09/04/2026

“Institui o Programa Municipal de Incentivo  Denúncia de Infrações Ambientais Urbanas e dá outras providências.”

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GUARÁ/SP**, no uso de suas atribuições legais;

APROVA:

Art. 1. Fica instituído, no âmbito do município de Guará, o Programa Municipal de Incentivo  Denúncia de Infrações Ambientais Urbanas, com a finalidade de:

I – ampliar a fiscalização ambiental por meio da participação da população;

II – promover a proteção do meio ambiente urbano;

III – incentivar a colaboração cidadã na identificação de infrações administrativas ambientais;

IV – fortalecer a atuação dos órgãos municipais de controle ambiental.

Art. 2. Para os fins desta Lei, consideram-se infrações ambientais urbanas aquelas assim definidas na legislação federal, estadual e municipal, especialmente:

I – descarte irregular de resíduos sólidos;

II – poluição sonora;

III – poda ou supressão irregular de vegetação;

IV – lançamento irregular de efluentes;

V – demais condutas lesivas ao meio ambiente urbano.

Art. 3. O Programa consistirá na disponibilização de canais oficiais para recebimento de denúncias, tais como:

I – aplicativo digital;

II – portal eletrnico;

III – telefone;

IV – atendimento presencial.

Art. 4. O denunciante poderá, a seu critério:

I – identificar-se, garantindo-se a confidencialidade de seus dados; ou

II – realizar denúncia annima, nos termos da legislação vigente.

Art. 5. O Poder Executivo poderá instituir mecanismos de incentivo à denúncia, tais como:



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

financeiros;

- I – certificados de reconhecimento;
- II – programas de educação ambiental com benefícios não
- III – premiações de caráter simbólico ou institucional.

§ 1º. Fica vedada a concessão de recompensa pecuniária direta, salvo se houver previsão específica em lei de iniciativa do Poder Executivo.

§ 2º. Os incentivos deverão observar os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e interesse público.

Art. 6º. As denúncias recebidas deverão ser encaminhadas aos órgãos competentes para apuração, assegurados:

- I – o devido processo administrativo;
- II – o contraditório e a ampla defesa;
- III – a vedação de penalidades automáticas.

Art. 7º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, especialmente quanto:

Art. 8º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guará/SP, 30/03/2026.

CLAUDINÉIA PONCIANO DA SILVA
Vereadora

FILIPPE FURTADO DA ROCHA
Vereador

JUSTIFICATIVA
Evitar infrações ambientais.

Guará/SP, 30/03/2026.

CLAUDINÉIA PONCIANO DA SILVA
Vereadora

FILIPPE FURTADO DA ROCHA
Vereador